

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA E CONTEXTO

Francisco Rafael Parente Torres (autor)¹
Thiago Alves Moreira Nascimento (coautor)²
Antônia Cleidivania Pinheiro (coautora)³

O presente trabalho pretende historicizar, resumidamente, a história da educação profissional no Brasil, da colônia aos dias atuais. Atentaremos para a importância do contexto internacional e nacional que nos servirá como pano de fundo de nossa análise histórico crítica. Objetivamos de modo geral analisar a educação profissional e sua inserção no contexto histórico. Nossa opção teórica está baseada nos pressupostos da onto-metodologia desenvolvida por Karl Marx, assim como o resgate do trabalho como momento fundante do ser social, desenvolvido por Lukács (1982). Analisaremos sob quais conjunturas foi desenvolvida a profissionalização do ensino e seus objetivos em atender as demandas do mercado. Qual o respaldo que a sociedade brasileira enxerga no ensino profissional e o seu nível de aceitação social. Destacamos inicialmente que a educação profissional no Brasil, foi desenvolvida para atender à determinados “nichos de mercado”. O capital em crise estrutural, desde da década de 1970, conforme nos aponta Mészáros (2003) tem buscado formas variadas para recuperar a taxa de lucro que a cada ano decai. A educação profissional é um dos caminhos a ser seguido pelos estratos populares para à saída da pobreza e redução da miséria, provocado por este mesmo sistema, que agudiza as imensas contradições e desigualdades. Destacamos o dualismo histórico do sistema educacional, um destinado a atender aos interesses das camadas sociais abastadas e outra, principalmente a profissionalizante e precária para atender aos menos favorecidos.

Palavras-chave: Educação profissional, História do Brasil, Crise do capital.

Introdução

Nossa valorosa pretensão tem como objetivo inicial fornecer um breve relato histórico sobre a educação profissional no Brasil, desde o período Colonial passando pelo Império até chegar aos dias atuais na República. Destacamos desde já a impossibilidade de num simples artigo conseguirmos historicizar todo esse imenso período histórico e atentarmos para os detalhes minuciosos que a história nos traz junto à educação profissional. Desejamos, todavia, fornecer as bases para o leitor que deseje enveredar no estudo e na discussão da educação profissional, fornecendo assim o norte para uma investigação futura.

Necessariamente para chegarmos ao nosso objeto de estudo é preciso partimos, conforme nos aponta Marx “do mais desenvolvido para o menos desenvolvido” isto é, situarmos o nosso objeto no contexto histórico mundial e nacional, para envolvermos o

¹ Graduando em pedagogia pela Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central- FECLESC-UECE

² Professor Ms. da Faculdade de educação Ciências e letras do Sertão Central-FECLESC-UECE

³ Graduanda em pedagogia pela Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central- FECLESC-UECE

mesmo nos processos de produção e consumo, parte que acreditamos a importância e orientação que é fornecida para a orientação de qual tipo de educação profissional é objetivada para o conjunto da classe trabalhadora.

A breve explicação, ainda que reduzida, do trabalho como momento fundante do ser social, se faz necessário, onde reafirmamos os pressupostos da ontologia marxiana, ancorada no pensamento do filósofo húngaro Georgy Lukács (1982) no qual retorna brilhantemente ao pensamento de Marx. Para Lukács, o trabalho é fundante do ser social e de toda existência de sociabilidade humana. Contudo esclarecemos que não significa a redução do homem apenas ao trabalho.

Para Lukács o trabalho não é uma categoria positiva ou negativa “*O trabalho detém um significado fundante para a especificidade do ser social. Ele constitui a base de todo um leque de complexos sociais distintos ontologicamente imprescindíveis para a sua própria efetivação histórica*”. (Bonfim, 2003, p.50). Lamentamos por hora não podermos investir com maiores detalhes no aprofundamento da discussão sobre os complexos sociais e a relação do trabalho com a educação⁴.

Em nosso recorte temporal sobre os períodos da educação profissional no Brasil, não faremos necessariamente um recorte como a historiografia costumeira o faz, iniciaremos na Colônia, Império, República até os acordos MEC-USAID e por último turno o fim do “Welfare State” e o início da crise estrutural do capital.

Brasil Colônia: as relações escravocratas entraves para o ensino

O desembarque de portugueses em solo brasileiro trouxe consigo além da expansão comercial mercantilista ibérica, o desejo fervoroso da Igreja Católica em expandir os redutos católicos no “novo mundo”⁵, esta relação entre os interesses mercantilistas portugueses e a Igreja Católica. Serão marcas constantes de uma relação amistosa a primeira vista no qual o auxílio da Companhia de Jesus foi fundamental para a “*domesticação e catequização*” dos indígenas, para logo em seguida, serem utilizados em trabalhos forçados e penosos sobretudo na produção açucareira no Brasil colonial.

⁴Cf. Artigo **O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social** Marteano Ferreira de Lima; Susana Vasconcelos Jimenez disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000200005&lng=pt&nrm=iso

⁵ Um dos primeiros atos após a “descoberta” e posse das novas terras, foi a celebração de uma missa.

É notório destacar que os jesuítas e os ibéricos viam com desprezo o trabalho manual, braçal. Balisados no pensamento clássico, enxergavam no trabalho uma forma de impureza e submissão, entretanto umas primeiras formas de abandonar indígenas para fazerem parte do “Reino de Deus” da catequização foi o trabalho na construção das casas de Deus, somadas ao desenvolvimento das atividades da Santa Igreja em solo mundano. O auxílio prestado pelos jesuítas na catequização dos indígenas, foi fundamental para que os portugueses pudessem desenvolver as atividades nas novas terras.

Com uma sociedade formada basicamente por senhores de engenho, grandes proprietários de terra e escravos as relações comerciais não conseguiram encontrar possibilidades para o desenvolvimento dos negócios, baseadas basicamente na primeira fase na extração do pau-brasil⁶. O *plantation* da cana-de-açúcar, atreladas ao “Pacto colonial⁷” impossibilitaram o surgimento no país de atividades que requeressem mão-de-obra especializada e o desenvolvimento de manufaturas que atendessem ao mercado interno.

Embora tenham surgido pequenas oficinas, em função das demandas internas as mesmas atendiam ao uma necessidade local, muitas das atreladas as missões jesuíticas e as demandas de engenhos, nas minas ou pequenas demandas locais. Os jesuítas procuraram organizar um sistema de ensino baseado nas aulas-régias e no *ratio studiorum*⁸.

O ensino jesuítico de alguns poucos instrutores (geralmente contratados na Europa, para ensinar alguns discípulos) foram reduzidos frente ao enorme território, geralmente próximas ao litoral e das pequenas vilas e cidades que povoavam o Brasil, estas “escolas” foi denominada por Cunha denominada de “*ofícios nos engenhos, mineração, ribeiras e as bandeiras de ofícios*”⁹. Em geral ficaram reduzidas a pequenas oficinas as demandas locais, para citar um exemplo: no caso dos engenhos, um mestre era contratado (na maioria dos casos na Europa) para prestar assessoria e o reparo das

⁶ Madeira nobre, muito negociada na Europa, utilizada nas confecções para tingir as peças de tecidos, a mesma árvore serviria para dar o nome às novas terras descobertas.

⁷ O Pacto Colonial proibia dentre outras coisas o funcionamento de qualquer manufatura e a compra de produtos que não fossem da metrópole (Portugal)

⁸ Cf. SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2007.

⁹ Cf. CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. SP: Unesp, Brasília: Flacso, 2000

máquinas dos engenhos que porventura viessem apresentar algum defeito, além de ensinar a *arte do ofício* para alguns poucos.

Na mineração, principalmente nas Minas Gerais, foram instaladas algumas poucas oficinas que fundiam o ouro, algumas manufaturas instaladas para produzir roupas para os escravos, entretanto com o aperto do cerco colonial proporcionado pelo Marques de Pombal¹⁰, a expulsão dos jesuítas, houve um desmantelamento do sistema educacional na colônia e o cerco ainda maior as pequenas atividades manufatureiras.

Destarte entre outros fatores que não levaram ao Brasil desenvolver um sistema de ensino sistematizado e com o interesse em formar grandes levas para o trabalho manual, destacamos a predominância do escravismo na economia atrelado a incipiência da demanda por serviços especializados, haja vista que praticamente todos os bens manufaturados eram importados da metrópole, seguindo fielmente o pacto colonial.

A vinda da família real para a Colônia muda além do status para Reino Unido de Brasil e Algarves, proporcionou dentre outras atividades a instalação de pequenas manufaturas, somadas a abertura dos portos e outras atividades de modernização da colônia, tais como a criação de museus, teatros, bibliotecas, criação de faculdades, jardim botânico entre outros elevou as certos ares de modernização.

Destacamos nesse curto período que vai de 1808 a 1822, último ano marca o ano da independência do Brasil, como poucas ações voltadas ao ensino sobretudo ao ensino profissional, merece destaque todavia a iniciativa do governo em criar diversas “escolas” junto aos arsenais de guerra, para atender uma clientela formada basicamente órfãos e mendicantes.

Educação Profissional Imperial

Neste breve período histórico que vai de 1822 a 1889 o Brasil foi governado pelos Imperadores D. Pedro I e o filho D. Pedro II, além do curto período regencial que vai entre 1831-1840.

As iniciativas estatais ficaram basicamente resumidas a poucos eventos na sistematização da educação profissional. Convém destacarmos no segundo reinado a instalação de alguns entidades filantrópicas em algumas províncias no Brasil totalizando

¹⁰ Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII, viveu num período da história marcado pelo iluminismo. Sua administração ficou marcada por dois importantes eventos : o primeiro foi o Terremoto de Lisboa de 1755, um desafio que lhe conferiu o papel histórico de renovador da cidade o outro foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos Jesuítas de Portugal do Brasil e colônias portuguesas.

10 instituições no período que vai de 1840 a 1865¹¹, o Asilo dos meninos desvalidos no Rio de Janeiro criado no ano de 1875, é outro marco da ação estatal em parceria com o poder local, é necessário o destaque todas essas ações tinham um caráter tanto de instruir para atender ofícios e demandas locais quanto intervir nas sociedades locais, “são obras de benfeitoria e filantropia” promovidas sobretudo pela Igreja Católica, as elites locais e o apoio do governo no auxílio a construção do prédio e no pagamento de funcionários e ajuda no custeio da despesas.

Fazemos um adendo no tocante às atividades desenvolvidas no período imperial brasileiro, a economia brasileira que antes dependia basicamente da cana-de-açúcar e no curto período do ciclo do ouro (meados do século XVIII) presenciou, sobretudo no segundo reinado o surgimento de um novo produto na pauta da exportações nacionais era o café, a saída da cana para o café, não significou a saída do sistema monocultor escravocrata do período ulterior, apenas modificou o eixo do desenvolvimento que passou do Nordeste para a região Sudeste, mais a elite nacional continuaria a permanecer baseada nas riquezas oriundas da agroexportação e na exploração da mão de obra negra. Dizia-se até que o *Brasil é o café e o café é o negro*, tamanha a dependência do Brasil em relação aos dois anteriores.

O curto período de desenvolvimento das indústrias no período imperial lideradas pelo Marquês de Mauá¹², implantou o germe da industrialização no Brasil, outrossim, as contradições do país impossibilitarão a expansão de seus negócios.

Em suma, as iniciativas em educação profissional no Brasil Imperial ficaram reduzidas a ações localizadas e de caráter filantrópico, em que prospectavam atender pessoas carentes para o ensino de um ofício ou de uma profissão geralmente articuladas entre a igreja e as elites locais, não havendo dessa feita o caráter de integração de ações governamentais no sentido de construir um ensino sistematizado, além do mais o desprezo por parte do trabalho manual tanto pelos intelectuais da época quanto pela elite nacional.¹³

¹¹ Cf. CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. SP: Unesp, Brasília: Flacso, 2000

¹² Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, foi um comerciante, armador, industrial e banqueiro brasileiro. Foi pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Dentre as suas maiores realizações encontra-se a implantação da primeira fundição de ferro e estaleiro no país, a construção da primeira ferrovia brasileira, a estrada de ferro Mauá, no atual estado do Rio de Janeiro, o início da exploração do rio Amazonas e afluentes, bem como o Guaíba e afluentes, no Rio Grande do Sul, com barcos a vapor, a instalação da iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro, a criação do primeiro Banco do Brasil, e a instalação do cabo submarino telegráfico entre a América do Sul e a Europa.

¹³ Liberato Barroso, Gonçalves Dias, Joaquim Nabuco entre outros.

Da República Velha ao Golpe de 1964: O papel do Estado no desenvolvimento do ensino profissional.

A subida ao poder pelos republicanos marcou o fim do império e início da República Brasileira, em paralelo a esse movimento de modificações do poder entre os monarquistas e republicanos, o novo governo demonstrou “preocupação” em atender aos interesses da nova elite, tratando de reorganizar as forças políticas, tais como a política dos governadores entre outros acordos.

Em 1909, é criada a Escola de Aprendizes e Artífices. Com interesses imediatistas em formar mão-de-obra para atender as interesses da incipiente e nova classe burguesa industrial que começará a despontar no país, sobretudo em São Paulo, a ela demarca um novo período institucional na formação de mão de obra para atender aos interesses da manufatura, ligada a nova burguesia nacional.

Com a chegada de Vargas ao poder, através da “Revolução” de 1930, o pacto da política café-com-leite finda. O cenário mundial abalado, em virtude da quebra da bolsa de valores de Nova York, acarreta a queda das exportações brasileira, baseadas basicamente no setor agroexportador (sobretudo o café) coloca o país a beira do colapso. É nesse contexto histórico-político que as tropas revolucionárias lideradas por Vargas tomam o poder e só saem quinze anos depois.

No plano educacional destacamos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como primeiro ministro Francisco Campos (1930-1932), ressalte dentre as reformas do ensino secundário e adoção do regime universitário e a criação em 1934 da primeira Universidade do País¹⁴. A Reforma Capanema, em 1942, deu a batida do martelo, e reorientou através da mesma a lei orgânica do ensino comercial e industrial.

Convém destaque a expansão das Escolas Salesianas, instituição criada para atender um público “mais seletivo” (chegando a atender aos estratos da classe média que buscavam formar o alunado com uma profissão)¹⁵. A rede de Escola Salesianas não conseguiu sobreviver por muito tempo, com o decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de

¹⁴ Inúmeras controvérsias e discussões povoam sobre qual Estado criou a primeira Universidade do país, Amazonas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná discutem qual de fato teria sido a primeira instituição universitária, alguns defendem a UNB (Universidade de Brasília como a primeira universidade brasileira, mais o fato é que para historiografia oficial a USP é a primeira instituição universitária do Brasil.

¹⁵ Cf. Cunha. Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da educação**. UNESP, FLASCO, 2003, São Paulo.)

1942, apenas a escola de Niterói/RJ conseguiu se encaixar nas novas mudanças e permaneceu até a década de 1960, onde foi extinta por ausência de alunos.

O avanço na industrialização brasileira, avançou significativamente após instalação da chamada *indústria de base*, sobretudo a partir da instalação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda – RJ, a mesma é fulcral ao desenvolvimento dos outros setores da industriais. A emergente burguesia nacional preocupou-se logo em atentar para a qualificação profissional, como fruto necessário para a expansão dos seus desejos, destaque em especial a criação do “Sistema S”, o SENAI – Serviço Nacional da Indústria criado em 1942, a criação do referido sistema, corrobora sem sombra de dúvidas na forte influência e tendência de orientação dos setores dominantes em atender aos seus interesses de qual modelo de educação profissional deverá ser formado para atender as demandas do mercado de trabalho.

Criado em paralelo ao ensino profissional governamental o “Sistema S”, (atuante até hoje) é uma parceria entre o governo e a iniciativa privada, através da destinação de recursos públicos, doações, impostos cobrados na iniciativa privada, (alguns impostos e contribuições com destinação exclusiva ao custeio desse sistema). Sendo criado inicialmente o SENAI(1942) e o SENAC (1946), o primeiro uma parceria com a Confederação Nacional das Indústrias e o último com Confederação Nacional do Comércio, através de recursos públicos, somados com cursos aligeirados e fragmentado, a parceria com o setor público foi fundamental, para que o referido sistema conseguisse formar uma quantidade significativa de alunos, atraindo grande parcela da população mais pauperizada, haja visto a oferta de bolsas e a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho mais rápido.

Com o protagonismo do estado na economia e a ampliação das ações governamentais visando o desenvolvimento industrial a educação profissional ganhou um papel de destaque no discurso e nas ações do governo brasileiro e da iniciativa privada, forjando novos trabalhadores para atender as demandas do capital.

O golpe civil-militar de 1964 aos dias atuais: Fim do Welfare State e o início da crise estrutural do capital.

Este riquíssimo período histórico, com grandes acontecimentos merecem um destaque em especial, lamentamos a impossibilidade momentânea de abarcarmos na sua

amplitude e relevância que se faz. A Lei nº 5.692/71, mais conhecida como Reforma Jarbas Passarinho ou reforma no Ensino de 1º e 2º grau, modificou as estruturas do ensino e reorientou as diretrizes do ensino profissional, implantado com base na Teoria do Capital Humano e no Tecnicismo, de acordos com os ditames dos acordos MEC-USAID.

Com o fim do curto milagre econômico, as decepções com o governo militar não tardaram a aparecer, somados a impotência do mundo capitalista em encontrar um novo modelo para a crise do Estado de Bem Estar Social, a saída encontrada pelo capital foi a implantação do neoliberalismo, e o reordenamento do setor produtivos entre outros ¹⁶. A retirada da compulsoriedade do ensino profissional ao médio, é feita através da lei nº 7044/82.

Junto à nova República e a redemocratização do país, vem no pacote um *presente de grego*: o governo brasileiro adota gentilmente as cartas de intenções dos organismos internacionais (BM, FMI, UNESCO) sob os quais propõem ajustes fiscais. O consenso de Washington (1989) impôs serias medidas por parte dos países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) em adotar medidas que levariam ao almejado desenvolvimento econômico.

No governo de FHC é aprovada a nova LDB 9394/96, conhecida também como lei Darcy Ribeiro. Ela é povoada de uma neblina turva, consignada com a política neoliberal de FHC e do estado mínimo, e o ensino público e de qualidade é deixado de lado e as atenções são voltadas à iniciativa privada através do decreto Nº 2.208/97 afastando cada vez mais a educação profissional da educação propedêutica.

O decreto de Nº 5154/04 do governo Lula, que se diz revogar o decreto anterior 2208/97, apenas possibilita o retorno ao atropelado ensino médio integrado. Santos contribui na discussão ao afirmar que não houve revogação concreta haja vista que, a partir de agora *pode tudo*: concomitância interna e externa, integração e, pós médio. (Santos, 2009).

Os ajustes neoliberais aplicados na Nova República sob a falácia de desenvolvimento e sustentabilidade apenas escondem o fato real. A educação profissional é apresentada (para os filhos dos trabalhadores) como solucionadora dos problemas crônicos dessa sociedade hodierna, ao mesmo tempo em que cursos notadamente pagos pelo governo a instituições privadas através dos mais variados

¹⁶ O capitalismo em crise aguda a partir dos de 1970, reorganiza e passa a sobreviver com basicamente sobre estes tópicos: **financeirização da economia, reestruturação produtiva e privatização.**

mecanismos, tais como bolsas, financiamentos e outros, apenas visão a ampliação do mercado privado em detrimento do público.

Uma parceria obscura é a caixa preta que se institui o “Sistema S” onde os recursos públicos à 60 anos servem para custear uma educação, destinada e exclusivamente para atender aos interesses privados.

Considerações Finais

Diante do apresentado, percebemos que a educação profissional no Brasil, foi historicamente voltada para atender a camada mais pobre da sociedade, ficando explícito o descaso e a incapacidade das políticas públicas em eliminar as desigualdades entre classes sociais, antagônicas entre si. O desprezo pelo trabalho manual e a dependência histórica do Brasil aos países do centro do capital, tornam-se visíveis nas mais diversas oportunidades, aqui o novo já nasce velho.

A educação profissional emerge para tratar das mais variadas e controversas situações dos problemas sociais, inicialmente apresentada para os *desvalidos da sorte*, o regime civil-militar sob os ditames do grande capital, muda o discurso da educação profissional, como desejável a nação brasileira e como saída para as classes sociais subalternas.

A Nova República não modifica essa realidade e apenas agudiza a precária formação dos trabalhadores parcelando o trabalho ainda mais e fragmentando e aligeirando os cursos, voltados única e exclusivamente a atender as exigências do capitalismo que vive a beira da maior de todas as crises.

No contexto de sociedade hodierna, a educação é apresentada pela ideologia dominante como panacéia e capaz de solucionar os problemas do capital, aos filhos dos trabalhadores esse discurso de viés neoliberal, apresenta a educação profissional, como desejável e solucionadora para a diminuição da pobreza (não mais a erradicação), e de um emprego digno e justo.

Lamentamos toda via a impossibilidade de fazermos uma exposição, minuciosa sobre a temática, que encontra-se na ordem do dia de todos os governos, empresas e sociedade como um todo. Desejamos em momento futuro contribuir com a análise mais requintada sobre a problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. SP: Unesp, Brasília: Flacso, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. SP: Unesp, Brasília: Flacso, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. SP: Unesp, Brasília: Flacso, 2000.
- GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios. 2010. Tese. (doutorado)- Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRS, Porto Alegre, 2010
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro; LTC, 2008
- LESSA, Sérgio. **O Processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paulo Nossela – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
- MÉSZÁRIO, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____, Istvan. **O Século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo; Boitempo Editorial, 2003.
- MOLL, Jaqueline. Educação Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios e tensões e possibilidades. Porto Alegre, Artmed, 2010
- NETTO, José Paulo, BRAZ Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. Editora Ática, São Paulo, 2008.
- PONCE, Aníbal. **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Cortez, 1992
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1964-1985)**. 34ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SANTOS, Derivaldo. **Graduação Tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário**. 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.
- SANTOS, Derivaldo. **OS CEM ANOS DO CEFET/CE**. Compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado. EdUECE, Fortaleza, 2007.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2007.